

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.216.951 - MG (2017/0322186-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : MARISA ALVES QUEIROZ
ADVOGADOS : CARLA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA - MG105190
MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA - MG102468
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO. INVIABILIDADE DE APLICAÇÃO DO ÍNDICE AOS BENEFÍCIOS EM MANUTENÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CONHECIDO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DA SEGURADA.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por MARISA ALVES QUEIROZ, fundado na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1a. Região, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL.

PRESERVAÇÃO DO VALOR REAL DO BENEFÍCIO. APLICAÇÃO DE PERCENTUAIS REFERENTES À ELEVAÇÃO DO TETO PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO IMPROCEDENTE.

1. A Constituição, no artigo 201, § 4º, assegurou o reajuste dos benefícios previdenciários de modo a preservar o seu valor real, condicionando-o, porém, a critérios definidos em lei. No cumprimento dessa autorização, o legislador infraconstitucional editou regras com os índices a serem utilizados, de modo que não cabe ao operador jurídico criar novos parâmetros para a aplicação do princípio.

2. Relativamente aos índices oficiais, as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, aprovaram os planos de custeio e de benefícios da Previdência Social. Na sequência, o INPC foi sucedido pelo IRSM, a partir da edição da Lei nº 8.542.92, pelo IPC-r, em julho de 1994 (Lei nº 8.880/94), retornando em julho de 1995 (Medida Provisória nº 1.053/95), para ser afastado com a retroatividade de aplicação do IGP-DI, aos doze meses anteriores a maio de 1996, expresso na Medida Provisória n. 1.415/96, reeditada e convertida na Lei n. 9.711/98. A partir daí, sucessivos índices foram utilizados pela legislação superveniente: Medidas Provisórias nºs 1.572-1/97 (7,76%), 1.663-10/98 (4,81%), 1.824/99 (4,61%), 2.022-17/2000

Superior Tribunal de Justiça

(5,81%) e 2.187-11/2001 (7,66%) e pelos Decretos n^{os} 3.826/01 (7,66%), 4.249/02 (9,20%), 4.709/03 (19,71%), 5.061/04 (4,53%) e 5.443/05 (6,355%).

3. *O segurado não tem direito de escolher o índice que, a seu ver, melhor reflete a inflação do período para fins de reajustamento da renda mensal do benefício.*

4. *Não procede a pretensão autoral de revisão de benefício, que à época de sua concessão não sofreu limitação imposta pelo teto então vigente, sendo inexistente direito a uma suposta recomposição decorrente da aplicação de percentuais que justificaram a elevação do teto implementada em razão do comando inscrito nas Emendas Constitucionais n. 20/98 e n. 41/03. Precedentes desta Corte e do STJ.*

5. *Apelação da parte autora não provida.*

2. Em seu Apelo Especial, sustenta a parte agravante que o acórdão recorrido viola os arts. 20, 28 e 102 da Lei 8.212/1991, ao não repassar os índices de correção aos benefícios em manutenção.

3. É o breve relatório.

4. Objetiva a parte autora a utilização dos índices de correção dos salários de contribuição nos meses de dezembro de 1998 (10,96%), dezembro de 2003 (0,91%) e janeiro de 2004 (27,23%), no reajuste de benefícios em manutenção, ao argumento de que tais índices preservam o valor real do benefício.

5. A renda mensal inicial do benefício previdenciário é o valor da primeira prestação do benefício, sendo obtida pela incidência de um percentual sobre o salário de benefício, que varia de acordo com o benefício pleiteado. Por sua vez, o salário de benefício é calculado tomando-se por base os salários de contribuição do Segurado.

6. De acordo com o art. 201, § 3o. da Constituição Federal, os salários de contribuição utilizados no cálculo do valor do benefício previdenciário devem ser corrigidos monetariamente na forma prevista na legislação previdenciária.

7. Apurada a renda mensal inicial, a Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4o. da CF).

8. O egrégio Supremo Tribunal Federal já firmou o entendimento de que os citados dispositivos constitucionais (art. 201, §§ 3o. e 4o. da CF) não são autoaplicáveis, remetendo ao legislador ordinário a definição do critério de reajuste com a determinação dos índices que reflitam a inflação do período.

9. Apesar de serem institutos diversos, pois, como visto, apenas a renda mensal possui a garantia do reajuste a fim de preservar o seu valor real, a Lei 8.213/1991, em sua redação original, determinou a incidência do mesmo indexador, INPC, para a correção dos salários de contribuição (art. 31), para o reajustamento da renda mensal (art. 41, II) e para a atualização das parcelas pagas em atraso (art. 41, § 7o. da Lei 8.213/1991).

10. Assim, a pretensão recursal está em confronto com o entendimento desta Corte de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, dos salários de contribuição ou do art. 58 do ADCT, porquanto há previsão legal insculpida no art. 41 da Lei 8.213/1991 para tanto.

11. A propósito, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. REVISÃO E REAJUSTE DE BENEFÍCIO. CRITÉRIOS LEGAIS. SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO E SALÁRIO DE BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO.

1. *O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da impossibilidade de vinculação entre os critérios legais para atualização dos salários de contribuição e os reajustes dos benefícios em manutenção, ante a inexistência de previsão em lei de equivalência entre salário de contribuição e salário de benefício.*

2. *Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual jurisprudência deste Tribunal Superior, razão pela qual*

não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ.

3. *Agravo Regimental não provido (AgRg no AREsp. 791.882/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 5.2.2016).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REAJUSTE DE BENEFÍCIOS. ART. 41, II, DA LEI 8.213/91.

1. *O acórdão recorrido julgou a lide de modo fundamentado e coerente, não tendo incorrido em nenhum vício que desse ensejo aos embargos de declaração e, por conseguinte, à violação do art. 535 do Código de Processo Civil.*

2. *O reajuste dos benefícios previdenciários obedece ao estipulado no art. 41, II, da Lei n. 8.213/91, que fixa o INPC e sucedâneos legais como índices revisores, não encontrando amparo legal a equivalência pretendida entre o salário-de-contribuição e salário-de-benefício. Precedentes.*

3. *Agravo regimental não provido (AgRg no REsp. 1.056.651/RS, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 23.10.2014).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

- A contradição que autoriza o acolhimento dos embargos de declaração deve ser interna, verificada entre os fundamentos da própria decisão, e não entre tais fundamentos e as alegações da parte.

- Na espécie, não restou configurada qualquer incoerência entre os fundamentos do acórdão embargado e as conclusões por ele adotadas.

- De fato, o acórdão impugnado negou provimento ao recurso dos embargantes adotando o entendimento desta Corte, no sentido de que não há previsão legal que sustente a pretendida equivalência entre a variação do salário-de-contribuição e o valor dos benefícios, que, após o advento da Lei nº

8.213/91, devem obedecer ao disposto no seu art. 41, inciso II.

- Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 1.296.269/SP, Rel. Min. MARILZA MAYNARD, DJe 23.10.2012).

2 2 2

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. RENDA MENSAL INICIAL. AUMENTO DO TETO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/1998. EQUIVALÊNCIA ENTRE OS REAJUSTES DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO E DOS BENEFÍCIOS. INEXISTÊNCIA DE SUPORTE LEGAL. ANÁLISE DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A decisão agravada foi proferida em sintonia com o entendimento firmado nesta Corte segundo o qual não há previsão legal para o pedido de reajuste dos benefícios previdenciários na mesma proporção do aumento do teto dos salários de contribuição.

2. A verificação da ocorrência ou não de contrariedade a princípios consagrados na Constituição Federal, não é possível em recurso especial, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, "a", da Constituição Federal.

3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp. 986.882/PR, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 2.10.2012).

2 2 2

AGRAVO REGIMENTAL. REAJUSTE. INEXISTÊNCIA DE EQUIVALÊNCIA ENTRE OS ÍNDICES APLICADOS AOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO E OS SALÁRIOS DE BENEFÍCIO.

1. Em relação aos benefícios concedidos a partir da vigência da Lei n. 8.213/1991 e legislação posterior, não há previsão normativa determinando o atrelamento dos índices aplicados aos salários de contribuição àqueles adotados no reajuste do benefício.

2. Agravo regimental improvido (AgRg no AgRg no Ag 955.896/MG, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 17.10.2011).

12. Diante dessas considerações, conheço do Agravo para negar seguimento ao Recurso Especial da Segurada.

Superior Tribunal de Justiça

13. Publique-se.
14. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR